



13 DE DEZEMBRO DE 2016

Terça-feira

- INFORMATIVO MPE: PARCELAMENTO SIMPLES NACIONAL
- CHINA NÃO É ECONOMIA DE MERCADO, AFIRMA CNI
- OBSERVATÓRIO DE DEFESA COMERCIAL (SET/DEZ. 2016)
- COMISSÃO APROVA COBRANÇA DE ICMS SOBRE IMPORTAÇÃO PARA ESTADO DA EMPRESA DESTINATÁRIA
- MEDIDA DE REFORMA TRABALHISTA PODE SER APROVADA QUARTA-FEIRA NO SENADO
- TEMER APROVA PARECER DA AGU QUE FORMALIZA LICENÇA-MATERNIDADE PARA ADOTANTES
- COM REFORMA, TRABALHADORES BUSCAM INSS PARA TIRAR DÚVIDAS DE PREVIDÊNCIA
- MEIRELLES DIZ QUE AJUSTE FISCAL AVANÇA DE FORMA FIRME E CONSISTENTE
- FIESP PREVÊ QUE DÍVIDA DA INDÚSTRIA DEVE TRIPLICAR EM UMA DÉCADA
- PEQUENAS EMPRESAS TÊM R\$ 46 BILHÕES EM DÍVIDAS PARA PARCELAR EM DEZ ANOS
- BNDES VAI LANÇAR 'PLANO DE AÇÃO' PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS
- DESENVOLVIMENTO APROVA NOVA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA MICROEMPRESAS
- ARTIGO: É PRECISO DAR UM CHOQUE NOS JUROS, E NÃO DÁ PARA ESPERAR JANEIRO
- GOVERNO PREPARA MUDANÇAS EM LEI DE FALÊNCIAS E REGRAS DE CONCESSÕES PARA REATIVAR ECONOMIA
- SEM REFORMA, GOVERNO TEM QUE AUMENTAR CARGA TRIBUTÁRIA, DIZ MARCELO CAETANO
- RETOMADA DA ATIVIDADE ECONÔMICA PODE SER MAIS DEMORADA, DIZ PRESIDENTE DO BC
- MEDIDAS ANTICRISE NÃO VÃO SALVAR TEMER DE SUAS FRAQUEZAS POLÍTICAS
- MEIRELLES: FAZENDA ESTÁ TRABALHANDO INTENSAMENTE NA AGENDA MICROECONÔMICA
- FEBRABAN PREVÊ QUE CRÉDITO DEVE CRESCER CERCA DE 4% ANO QUE VEM
- SOB COMANDO DE GOLDFAJN, BC CONSEGUIRÁ REDUZIR OS JUROS, DIZ FEBRABAN
- MEIRELLES MERECE TOTAL APOIO DO SETOR BANCÁRIO E DA SOCIEDADE, DIZ FEBRABAN

- MITSUBISHI TEM SEGUNDO DIA DE GREVE EM GOIÁS
- PACOTE ECONÔMICO PREVÊ PRAZO MAIOR PARA PAGAMENTO DE DÍVIDAS COM BNDES
- É IMPORTANTE QUE SE TENHA UMA DÍVIDA PÚBLICA SOB CONTROLE, DIZ MEIRELLES
- ANEEL RECUSA PLEITO DE DISTRIBUIDORAS SOBRE MIGRAÇÃO E SOBRECONTRATAÇÃO
- VISÃO JURÍDICA É DE QUE SOBRECONTRATAÇÃO É INVOLUNTÁRIA, DIZ AES BRASIL
- É POUCO PROVÁVEL QUE BANDEIRA TARIFÁRIA DE ENERGIA MUDE DURANTE O VERÃO, DIZ ONS
- LULA E CENTRAIS SINDICAIS DEBATEM OPOSIÇÃO À REFORMA DA PREVIDÊNCIA
- HONDA CRIA CARRO QUE EXPRESSA EMOÇÕES
- GM DEVERÁ COMEÇAR A PRODUZIR SUV COMPACTO EM SÃO CAETANO ATÉ 2019
- INDÚSTRIA DE CAMINHÕES DEVE MANTER ALTA OCIOSIDADE EM 2017
- ACO RETOMA RALI EM XANGAI PARA MÁXIMA DE 32 MESES; MINÉRIO TEM PICO DE 3 ANOS
- MINERAÇÃO USIMINAS CONVOCA ASSEMBLEIA PARA JANEIRO SOBRE REDUÇÃO DE CAPITAL
- FRAS-LE CELEBRA ACORDO COM A FEDERAL-MOGUL
- AUTOPEÇAS FATURAM 3,7% A MENOS EM 2016
- EX-FUNCIONÁRIOS DA BUSSCAR COMEÇAM A RECEBER PARTE DOS PAGAMENTOS ATRASADOS
- LAND ROVER NACIONAIS TÊM NOVO MOTOR TURBODIESEL
- PERSPECTIVA PARA EMPRESAS BRASILEIRAS EM 2017 É NEGATIVA, DIZ FITCH
- AEA: NOVA POLÍTICA INDUSTRIAL VIRÁ A CONTA-GOTAS

CÂMBIO		
EM 13/12/2016		
	Compra	Venda
Dólar	3,321	3,321
Euro	3,533	3,534

Fonte: BACEN

Informativo MPE: Parcelamento Simples Nacional

13/12/2016 – FIEP

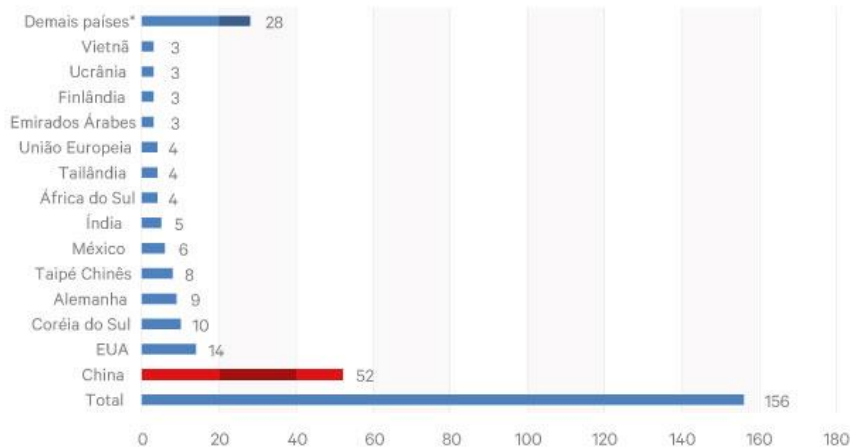
Encaminhamos em anexo edição nº 46 do Informativo MPE, de 09 de dezembro de 2016, que aborda as condições para parcelamento de débitos tributários para empresas optantes do Simples Nacional.

China não é economia de mercado, afirma CNI

13/12/2016 – CNI

Protocolo de acesso do país asiático à Organização Mundial do Comércio (OMC) completou 15 anos neste domingo (11). Quando assinou o documento, a China se comprometeu a realizar uma série de mudanças. No entanto, para CNI, alterações não foram suficientes

MEDIDAS ANTIDUMPING DO BRASIL EM VIGOR



* com até duas medidas em vigor cada.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) defende que a China não seja reconhecida automaticamente como economia de mercado. Ao entrar na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 11 de dezembro de 2001, o país asiático assinou o Protocolo de Acesso e se comprometeu com uma série de mudanças em legislação, regulamentos, normas e medidas administrativas que influenciavam e distorciam o comércio de mercadorias e serviços, como controle de câmbio.

Naquele momento, ficou estabelecido que a China teria 15 anos para se adequar às regras multilaterais, só então ocorreria a transição de economia não de mercado para uma economia de mercado.

“Para a indústria brasileira, a China não é economia de mercado. Ainda há setores em que os preços dos produtos são mantidos artificialmente baixos devido a intervenções do Estado na economia”, explica o diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI, Carlos Abijaodi.

ANTIDUMPING – Na prática, a discussão é sobre o cálculo das medidas antidumping. Para evitar o dumping, que é a concorrência desleal, quando as empresas exportam a um preço menor do que cobram no seu mercado interno, os países têm o direito de aplicar uma alíquota ao valor do produto. A comprovação da prática de dumping em exportações chinesas ocorre com base em preços de outros países que praticam o “valor normal da mercadoria” e são economias de mercado.

A CNI defende que, para neutralizar os danos à indústria nacional, causados por importações do país asiático, o Brasil use um método alternativo de apuração do valor nominal e continue desconsiderando preços e custos da China em investigações antidumping.

“A melhor interpretação é de que deve haver uma mudança apenas procedimental nas medidas antidumping: a inversão do ônus da prova no que se refere à demonstração da inexistência de condições de economia de mercado na China”, diz Carlos Abijaodi.

INVERSÃO DA PROVA – Com a inversão do ônus da prova, como defende a CNI, a indústria brasileira deverá estar preparada para defender o posicionamento de que não prevalecem na China condições de economia de mercado. Esta comprovação pode ser feita no momento de pedir a abertura de uma investigação antidumping ou durante o processo.

A União Europeia tem utilizado outras referências de mercado, em vez de custos de produção, em situações particulares em que os custos de produção são artificialmente baixos em função de alguma intervenção do estado na economia (veja quadro abaixo).

COMO É A RELAÇÃO COM A CHINA			
	Brasil	Estados Unidos	União Europeia
O que sabemos?	CNI defende que se mantenha a atual metodologia de terceiro país	Entende que o Protocolo de Acesso da China à OMC não prevê obrigação de reconhecimento automático do status de economia de mercado	O Parlamento Europeu se manifestou contra o reconhecimento e exigiu da Comissão Europeia uma proposta que atendesse os interesses da indústria
O que está em discussão?	Não há ainda propostas de alteração das normas brasileiras. É provável que as autoridades optem por aguardar a evolução da prática de outros países	Há um projeto de lei em tramitação para dificultar ainda mais um eventual reconhecimento da China como economia de mercado	A Comissão Europeia propôs nova regulamentação em que, para desconsiderar os preços da China, será necessário demonstrar que existem distorções no mercado devido à intervenção do Estado na economia
O que não sabemos ainda...	Se as autoridades entendem se é ou não necessário alterar o decreto 8.058/2013, se pretendem publicar outra norma sobre o tratamento de economias não de mercado, ou se pretendem apenas atuar caso a casa na investigação antidumping	Se o país conduzirá uma nova análise sobre a existência ou não de condições de mercado na China ou se seguirá se baseando na análise em que usa o preço do produto de um terceiro país para determinar o valor dos "fatores de produção" que compõem o valor normal	Como a Comissão Europeia pretende sustentar a referência de custos em terceiros países ou usará benchmarks internacionais a exemplo do que fez recentemente contra a Argentina, na OMC, no caso do biodiesel

Observatório de Defesa Comercial (set/dez. 2016)

13/12/2016 – CNI

A edição de dezembro de 2016 do Observatório de Defesa Comercial, intitulada "A Manutenção da China como economia não de mercado a partir de 11 de dezembro de 2016" faz uma avaliação dos reflexos dos possíveis cenários para a indústria nacional referentes ao novo tratamento a ser concedido às exportações chinesas quanto à metodologia a ser utilizada, a partir de hoje, nas investigações antidumping. Também são avaliadas as mudanças vislumbradas nos contextos dos EUA e da UE.

Aproveitamos o ensejo para reiterar posição da CNI, constante de amplo estudo publicado em 2013, no sentido de que, a partir da interpretação do Protocolo de Acesso da China à OMC, há elementos jurídicos suficientes que autorizam o não reconhecimento automático do país como economia de mercado a partir de 11 de dezembro de 2016, o que garante espaço para a utilização de metodologias alternativas para o cálculo do montante das medidas antidumping nos casos envolvendo exportações chinesas.

Lembramos que, com base nesse entendimento, a CNI tem atuado constantemente junto ao governo, como por meio do envio de Carta de dezembro de 2015, assinada por 41 instituições, entre associações e federações, além de diálogo constante com órgãos de governo e atuação junto à mídia.

A CNI continuará atenta ao tema e manterá atuação no sentido de reiterar seu posicionamento, o que tem sido essencial na manutenção, pelo governo brasileiro, do tratamento da China como não economia de mercado.

Comissão aprova cobrança de ICMS sobre importação para estado da empresa destinatária

13/12/2016 – Portal Contábil

A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei Complementar (PLP) [576/10](#), do deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT), que passa a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na operação de importação para responsabilidade do estado onde se localizar o domicílio ou o estabelecimento do destinatário da mercadoria ou bem.

Leonardo Prado/Câmara dos Deputados



Izalci: proposta corrige falha na Lei Kandir

A proposta altera a Lei Kandir (Lei Complementar [87/96](#)), que hoje atribui a cobrança do ICMS ao estado onde ocorrer a entrada física da mercadoria, o que beneficia as unidades que possuem portos e aeroportos de grande movimentação, como São Paulo e Paraná.

Segundo o autor, o dispositivo da Lei Kandir está em desacordo com a Constituição, que prevê a arrecadação do ICMS pelo estado onde estiver a empresa responsável pela compra da mercadoria. Bezerra disse que o STF já julgou ações com base nessa regra.

O relator na comissão, deputado Izalci Lucas (PSDB-DF), disse que a proposta corrige uma impropriedade na Lei Kandir. "Trata-se de uma proposição de relevante interesse público."

Tramitação

O projeto ainda será analisado em regime de prioridade pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, antes de ser votado pelo Plenário.

- [PLP-576/2010](#)

Medida de reforma trabalhista pode ser aprovada quarta-feira no Senado

13/12/2016 – Tribuna PR

Uma regulamentação do trabalho intermitente, ponto prioritário da reforma trabalhista em estudo pelo governo de Michel Temer, poderá ser aprovada na quarta-feira, 14, pelo Senado.

Trata-se de um projeto de autoria do senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), relatado pelo senador Armando Monteiro (PTB-PE), que regulamenta o trabalho intermitente e que está na pauta da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A matéria tramita em caráter terminativo. Ou seja, se for aprovada na comissão, já irá para análise pela Câmara dos Deputados.

"Nós achamos que, no campo das orientações macroeconômicas, o governo está na direção certa", disse Ferraço. "Temos uma avaliação mais restrita em relação à política monetária, que poderia dialogar mais com a recessão, e achamos que as medidas

microeconômicas estão demorando muito.” Ele e Monteiro integram um grupo de senadores que tem dialogado com o governo sobre medidas adicionais para reativar a economia.

A proposta para o trabalho intermitente visa a dar uma base legal para que os empresários contratem pessoal para trabalhar apenas alguns dias na semana. É uma medida útil para negócios como bares, restaurantes, buffets e para o comércio nos finais de semana. “Há muitas atividades com demanda sazonal e é preciso flexibilizar a lei para criar um marco legal que atenda a elas”, comentou o senador. “Não podemos ficar presos a uma legislação dos anos 40 com o desemprego no nível em que está, com as pessoas precisando trabalhar.”

Ele antecipa que a proposta poderá sofrer oposição. “A polêmica que tem é com o Paim”, disse, referindo-se ao senador petista Paulo Paim (RS). A regulamentação do trabalho intermitente enfrenta a resistência dos sindicatos, que veem nela uma forma de precarização do trabalho.

A proposta de Ferraço, em linhas gerais, permite que uma pessoa trabalhe alguns dias na semana e, com isso, tenha uma remuneração proporcional.

Os senadores defendem também que seja aprovada rapidamente uma regulamentação para que os acordos coletivos prevaleçam sobre a legislação trabalhista. Esse também é um ponto da proposta defendida pelo governo, e que é tratado em pautas que tramitam no Congresso Nacional.

A existência, no Congresso, de projetos regulamentando pontos da reforma trabalhista fez com que o próprio Planalto desacelerasse a elaboração de sua proposta. A opção foi concentrar esforços na reforma da Previdência e aguardar o andamento dos projetos no Legislativo.

Além de Ferraço e Monteiro, o grupo de senadores que discute medidas de curto prazo é integrado também por Tasso Jereissati (PSDB-CE), José Aníbal (PSDB-SP) e Cristovam Buarque (PPS-DF).

Temer aprova parecer da AGU que formaliza licença-maternidade para adotantes

13/12/2016 – Tribuna PR

O presidente Michel Temer aprovou nesta segunda-feira, 12, parecer da Advocacia-Geral da União (AGU) que formaliza a concessão de licença-maternidade similar a concedida às gestantes para mães que adotam criança. Ao acatar o parecer, o governo cria uma regra vinculante válida para toda a Administração Pública Federal.

O parecer será publicado no Diário Oficial da União desta terça-feira, 13. Segundo o parecer da AGU, o período de afastamento remunerado concedido às servidoras públicas que adotam crianças não pode ser inferior ao usufruído pelas gestantes (120 dias prorrogáveis por mais 60).

A elaboração do parecer foi motivada por decisão do Supremo Tribunal Federal, que em julgamento realizado em março de 2016 (Recurso Extraordinário nº 778.889/PE) já havia reconhecido a inconstitucionalidade de tratar gestantes e adotantes de maneira distinta.

A AGU observa que a licença por prazo igual à concedida às gestantes deve ser dada independentemente da idade da criança adotada. O parecer lembra que entendimento contrário não só afrontaria o princípio da isonomia, como também criaria empecilho adicional à adoção de crianças mais velhas, que já são menos procuradas pelos adotantes.

Sem hora extra

A assessoria do Planalto informou que Temer sancionou nesta segunda-feira, 12, a lei que altera o Regime Jurídico Único (Lei 8112/90) retirando a obrigatoriedade de compensação de horas para o servidor que precisa cuidar de cônjuge, filho ou dependente com deficiência. O texto garante ao servidor remuneração integral.

A lei que estava em vigor diferenciava o servidor com deficiência e o servidor com parente próximo com deficiência. Ela garantia ao servidor com deficiência horário especial de trabalho independente de compensação.

No segundo caso, era exigida compensação sob pena de ter corte na remuneração. Com a sanção, os dois casos passam a ser tratados igualmente. A sanção também será publicada no DOU desta terça-feira.

Com reforma, trabalhadores buscam INSS para tirar dúvidas de Previdência

13/12/2016 – Bem Paraná

Foi com o intuito de fazer as contas que o engenheiro José Geraldo Andrade, 56, buscou uma agência da Previdência Social na última semana. Com a expectativa de uma reforma cada vez mais próxima, ele foi até o posto de atendimento do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) para retirar o extrato do seu Cnis (Cadastro Nacional de Informações Sociais) e contar quanto tempo já acumula de contribuição.

O cadastro, que deve trazer todos os períodos trabalhados pelo segurado, vai ajudá-lo a fazer o cálculo. "Pelas minhas contas, faltam três anos para eu poder me aposentar, mas quero saber na conta deles", afirma. "Acho que terei que pagar um pedágio", disse o segurado, referindo-se à reforma da Previdência proposta pelo governo na PEC (proposta de Emenda à Constituição) 287. Ele está correto.

Se as novas regras forem aprovadas faltando três anos para ele completar os 35 anos de contribuição exigidos hoje, ele terá que trabalhar um ano e meio a mais para poder fazer o pedido. O pedágio de 50% está previsto na regra de transição proposta pelo Planalto para os homens com mais de 50 anos e as mulheres com mais de 45. O extrato do Cnis pode ser solicitado em qualquer posto do INSS sem a necessidade de agendamento prévio.

A contagem do tempo total de contribuição muitas vezes terá que ser feita à mão, ou pelo simulador gratuito no site do órgão. Dá para tentar a sorte e pedir para o servidor fazer o cálculo no sistema, na hora do atendimento, mas não há garantia de uma resposta positiva, diz o advogado previdenciário Rômulo Saraiva.

A auxiliar de enfermagem Eunice Santos, 56 anos, já começou a correr atrás das empresas onde trabalhou para conseguir os documentos que comprovam seus anos de atividade insalubre. "Tenho cerca de 26 anos de contribuição, quatro de tempo especial. Queria me aposentar antes da reforma, mas acho que terei que pagar pedágio", diz.

CONFIRA OS DOCUMENTOS COM CUIDADO

Com o cadastro das contribuições em mãos, o segurado pode conferir se todos os períodos registrados nas carteiras de trabalho ou de pagamentos por carnês foram reconhecidos pelo INSS.

"Tem Cnis que vem certinho, mas é importantíssimo fazer a segunda conferência, ter uma segunda opinião", orienta o advogado Rômulo Saraiva. Se achar algum erro, o segurado pode solicitar a correção ao INSS para facilitar o futuro pedido de aposentadoria.

Preocupado com a reforma, o porteiro Djalma Barbosa, 55 anos, buscou o INSS na semana passada para se preparar.

"Vim fazer o levantamento do meu tempo de serviço, depois vou avaliar com um especialista qual vai ser a melhor opção no meu caso ou se terei que esperar até os 65 anos", diz. Verifique seu cadastro

Como consultar o Cnis

O extrato do Cnis (Cadastro Nacional de Informações Sociais) deve trazer todos os períodos trabalhados pelo segurado

>> O documento pode ser solicitado em qualquer agência do INSS

>> Não é preciso agendar atendimento para conseguir uma cópia do extrato

SENHA >> Se quiser ter acesso ao Cnis pela internet, é preciso agendar atendimento para cadastrar uma senha >> Com a senha é possível consultar ao extrato a qualquer momento

CONFIRA OS PERÍODOS >> Com o documento em mãos, é bom conferir se todos os períodos trabalhados foram reconhecidos pelo INSS >> Compare o Cnis com as carteiras de trabalho ou os carnês de pagamento das contribuições >> Se encontrar algum erro, é preciso pedir para o INSS corrigi-lo

CONTAGEM DE TEMPO >> O trabalhador pode calcular quanto tempo tem de contribuição

>> A simulação pode ser feita no site do INSS (www.inss.gov.br)

>> Será necessário informar, com atenção, todos os períodos trabalhados para o sistema fazer a conta

>> Com a soma do tempo total de contribuição, dá para saber quanto falta para se aposentar

Meirelles diz que ajuste fiscal avança de forma firme e consistente

13/12/2016 – Tribuna PR

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, destacou que as mudanças relativas ao ajuste fiscal proposto pelo governo, como a PEC do teto de gastos, "estão avançando num nível muito veloz, consideradas as suas profundidades".

De acordo com o ministro, o Senado deverá aprovar nesta terça-feira, 13, em segundo turno a proposta de emenda à Constituição que prevê um limite de despesas públicas relativas à inflação, para o horizonte de 20 anos. "A agenda de reformas avança de forma firme e consistente."

Segundo o ministro, com as medidas de ajuste fiscal, que incluem a reforma da Previdência Social, em 10 anos as despesas públicas como proporção do PIB devem cair para níveis registrados há uma década.

"O corte temporário de despesas e aumento permanente de impostos é dinâmica perversa", comentou Meirelles. O importante, segundo o ministro, é corte constante de despesas.

Fiesp prevê que dívida da indústria deve triplicar em uma década

13/12/2016 – Tribuna PR

Estimativa divulgada nesta segunda-feira, 12, pela Fiesp prevê que a dívida financeira líquida das maiores empresas da indústria de transformação vai chegar a R\$ 594,2

bilhões até 2020, o que significa mais do que triplicar (alta de 207%) o endividamento em uma década. Na comparação com o passivo do ano passado, de R\$ 337,6 bilhões, a projeção indica um aumento de 76% da dívida.

Como a geração de caixa cresce menos – alta de 28% em dez anos, ou 5,4% de 2015 até 2020 -, a relação entre a dívida e os recursos gerados pelas operações das empresas deve subir para 4,69 vezes até o fim desta década. Em 2010, o múltiplo estava em 1,95 vez. Em 2015, a dívida já superava em 2,81 vezes a geração de caixa medida pelo Ebitda, sigla em inglês para lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização.

Segundo o diretor do departamento de competitividade da Fiesp, José Ricardo Roriz Coelho, o resultado da pesquisa mostra que a situação de solvência da maioria das empresas é “bastante preocupante”, o que pode comprometer seus investimentos. A solução, segundo propõe a pesquisa, passa por um “grande plano de desalavancagem corporativa”.

Foram analisadas no estudo demonstrações financeiras, do período de 2010 a 2015, de 114 empresas de capital aberto e outras 155 empresas fechadas. Optou-se por excluir a Petrobras da análise para, conforme o estudo, chegar a um “panorama mais fiel à realidade da indústria de transformação”.

Pequenas empresas têm R\$ 46 bilhões em dívidas para parcelar em dez anos

13/12/2016 – Folha de S. Paulo

As micro e pequenas empresas do regime tributário Simples têm dívida conjunta de R\$ 46 bilhões em impostos não pagos, segundo a Procuradoria-Geral da Fazenda. São 776 mil devedores.

Desde segunda-feira (12), pessoas jurídicas podem se inscrever nos sites da Receita ou do Sebrae para parcelar as dívidas -pela primeira vez, o prazo é de até 10 anos.

Com esse tempo para o pagamento, a negociação deve ser bem-sucedida, diz Joseph Couri, presidente do Simpi (sindicato das pequenas indústrias de São Paulo).

Se cerca de metade dos devedores aderirem, o dirigente afirma que o programa terá tido sucesso.

"O pagamento em 120 meses é um avanço, e se 300 mil empresas fizerem o acordo, grande parte dos impostos já vai ser arrecadada", diz ele.

O número de devedores é alto porque, confrontados com receita em queda, empresários preferem não pagar imposto a cortar outros itens, diz Ercílio Santinoni, presidente da Conampe (confederação de pequenas empresas).

Ao renovar a inscrição no Simples, eles ficam impossibilitados de se enquadrar no regime, mesmo que atendam aos outros requisitos.

"Os agentes que oferecem linhas de crédito especiais, como o BNDES, também não conseguem financiar empresas com tributos atrasados", afirma Santinoni.

As que não se regularizarem ainda poderão ter seus bens bloqueados e leiloados. Em nota, a Procuradoria da Fazenda informa que vai passar a protestar os débitos de Simples Nacional.

BNDES vai lançar 'plano de ação' para pequenas e médias empresas

13/12/2016 – Bem Paraná

O BNDES anuncia nesta terça (13) um "plano de ação" para pequenas, micro e médias empresas, com o objetivo de facilitar o acesso aos financiamentos do banco. Uma das propostas em estudo é criar novos canais de distribuição das linhas de crédito oferecidas pelo banco, para atingir um número maior de empresas.

Sem dar maiores detalhes, a presidente do banco, Maria Silvia Bastos Marques, disse que podem ser novos canais digitais ou físicos, que ampliem o acesso aos produtos do BNDES. "Estudamos um modelo em que grandes empresas com rede de franqueados possam repassar financiamento tomado junto ao BNDES para seus fornecedores", exemplificou. O novo modelo será anunciado no primeiro trimestre de 2017.

DIVIDENDOS O BNDES vai estipular um teto para a distribuição de dividendos das empresas financiadas a juros subsidiados pelo governo. A presidente do banco afirmou que o limite ficará em 25% do lucro, o piso estabelecido pela legislação, e valerá para empresas que tomarem financiamento em TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo).

"Queremos assegurar que nossos recursos serão usados para investir", disse ela. Caso a empresa financiada queira distribuir um maior volume de dividendos, terá que migrar o financiamento para taxas de mercado.

Desenvolvimento aprova nova contribuição previdenciária para microempresas

13/12/2016 – Câmara dos Deputados



Para o relator, Helder Salomão, medida é importante para manutenção de empregos no setor

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços aprovou proposta que assegura a micro e pequenas empresas o direito de substituir a contribuição previdenciária de 20% sobre a folha de pagamento por uma alíquota incidente sobre a receita bruta.

Desde 2011, o benefício fiscal de desoneração da folha de pagamentos já foi concedido a mais de 56 segmentos econômicos para diminuir o custo com mão de obra e aquecer a economia.

Relator no colegiado, o deputado Helder Salomão (PT-ES) defendeu a aprovação da proposta (PL [4426/16](#)) na forma de um substitutivo para corrigir imperfeições de técnica legislativa.

"A medida é importante para a manutenção dos empregos e para auxiliar na recuperação da contratação de mão de obra, quando as condições econômicas melhorarem", disse.

Geração de emprego

Segundo o autor, deputado André Abdon (PRB-AP), o projeto oferece a micro e pequenas empresas o mesmo tratamento já concedido a empresas de médio e grande porte. Abdon ressalta que as micro e pequenas são as principais geradoras de riqueza no comércio no Brasil, já que respondem por 53,4% do PIB do setor.

No PIB da indústria, a participação (22,5%) já se aproxima das médias empresas (24,5%). E no setor de serviços, mais de um terço da produção nacional (36,3%) têm origem nos pequenos negócios.

Segundo o IBGE, as micro e pequenas empresas são responsáveis por 60% dos 94 milhões de empregos no País e constituem 99% dos 6 milhões de estabelecimentos formais.

Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e será ainda analisado pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

- [PL-4426/2016](#)

Artigo: É preciso dar um choque nos juros, e não dá para esperar janeiro

13/12/2016 – Folha de S. Paulo



Vai aí, para otimistas e pessimistas, um artigo que gostaria de nunca ter escrito. Sinto, todavia, a obrigação de dizer: 2016, que afinal está terminando, ficará para a história como o ano em que o Brasil deu errado. E não dá para esperar mais nada para tomar medidas para corrigir a atual tendência da economia.

É irresponsável –e não há outra palavra para qualificar isso– ficar assistindo à queda de produção nacional de 3% neste ano sem nada fazer. Costumamos publicar essa porcentagem como se fosse uma estatística qualquer, mas ela é assustadora. Indica que o conjunto produtivo brasileiro, incluindo todos os setores, teve uma perda de estimados R\$ 180 bilhões no ano. É como se, de um ano para o outro, desaparecesse o PIB (Produto Interno Bruto) de um país como o Uruguai.

O desemprego já atinge 12 milhões de pessoas e continua a crescer. Então, é urgente a criação de um plano nacional de reaquecimento da economia, inclusive com redução de impostos e outros custos que oneram e emperram os negócios no país. Não haverá crescimento enquanto ficarmos unicamente focados no necessário ajuste das contas públicas.

Começa a ficar repetitivo e pouco relevante simplesmente explicar que a desgraça ocorre em razão de equívocos de administrações passadas, enquanto hoje são cometidos erros igualmente graves.

Passamos o ano inteiro sob intensa tempestade recessiva sem lançar mão de um instrumento banal em condições como essa, a redução dos juros. Só agora no fim do ano, com o barco praticamente virado, é que foram feitas duas míseras reduções de 0,25 ponto percentual na taxa básica.

Alguém por acaso imagina que alguma economia poderia crescer com uma taxa básica de juros da ordem de 14% ao ano, que se reflete em juros reais de uns 8% ao ano? Só se for por ordem divina.

Alguém poderia imaginar que a irresponsabilidade dessa política, que agora começa a ser criticada até pelo setor financeiro, o maior beneficiário imediato dela, não acirraria a crise econômica do país, levando-o à crise social gravíssima que já se esboça?

Então, a economia precisa de um "choque de juros", com a imediata redução da Selic em pelo menos dois pontos percentuais. E não dá para esperar janeiro. A redução precisa ser já.

O ano não foi ruim só por causa da recessão e do desemprego. Esses são, sem dúvida, os fatores fundamentais, porque determinam o bem-estar das famílias e contribuem para a felicidade geral da nação.

O Brasil falhou feio também em matéria de entendimento na sociedade. Passamos 2016 inteiro jogando um interminável flá-flu político em disputa pelo poder, com os dois lados tentando tirar vantagem da necessária e bem-vinda operação anticorrupção.

O impeachment da presidente Dilma Rousseff paralisou o país. As reformas que poderiam dar algum alívio a custos de negócios nada avançaram. A indústria foi entregue a sua própria sorte, e nada se fez de importante em favor do emprego.

Mais duas semanas e estaremos mergulhados nas festas de fim de ano. Há tempo para lançar, ainda em 2016, sementes que possam germinar em 2017, um plano de crescimento. Assim, o tradicional foguetório do Réveillon seria a comemoração do fim de um ano de trevas, com votos de que nunca mais se repita.

(Benjamin Steinbruch- É empresário, diretor-presidente da CSN, presidente do conselho de administração e 1º vice-presidente da Fiesp).

Governo prepara mudanças em Lei de Falências e regras de concessões para reativar economia

13/12/2016 – Folha de S. Paulo

O joio e o trigo O "pacotinho" que o governo lançará nesta semana para reativar a economia deve trazer reformas da Lei de Falências e das regras de concessões. O objetivo da Fazenda é evitar que a compra de ativos de uma companhia em dificuldade carregue junto todo seu passivo trabalhista e financeiro.

Um ministro exemplifica: na regra atual, ao adquirir um ativo de uma empreiteira da Lava Jato, por exemplo, corre-se o risco de ter de assumir as dívidas dessa empresa que é alvo da operação.

Agora vai Com a mudança, a incorporação das dívidas fica vedada. Para um auxiliar presidencial, o "aperfeiçoamento" da lei "facilita que as empresas saiam da crise".

Ideia fixa Embora a medida atinja qualquer companhia em recuperação judicial, as empreiteiras da Lava Jato são o foco do governo.

Dobrando a meta O governo também decidiu duplicar o dinheiro disponível para o financiamento de micro e pequenas empresas.

Deixe estar Em outra frente, a equipe econômica foi convencida a acatar a proposta de liberação do FGTS para que pessoas quitem dívidas.

Assim, sim A Fazenda achava que a medida deturparia a função do fundo — uma poupança do trabalhador — em momento de desemprego crescente, mas não vê óbice do ponto de vista econômico.

Sem reforma, governo tem que aumentar carga tributária, diz Marcelo Caetano

13/12/2016 – Tribuna PR

Ao defender a reforma nas regras da aposentadoria, o secretário de Previdência do Ministério da Fazenda, Marcelo Caetano, disse que, se nada for feito na Previdência Social, o governo terá que elevar a carga tributária ou cortar gastos em outras áreas para compensar o aumento nas despesas do INSS. A afirmação foi feita no programa Roda Viva, da TV Cultura.

Sem a reforma, estima-se que os gastos do regime de aposentadoria do setor privado subam de 8% para 18% como proporção do Produto Interno Bruto (PIB) até 2060 – ou seja, um aumento de dez pontos percentuais.

Na entrevista, o secretário comentou que, se nenhuma mudança for feita, o governo teria que buscar um aumento de igual magnitude – dez pontos percentuais – ou com aumento na arrecadação ou via redução de gastos em outras áreas.

Retomada da atividade econômica pode ser mais demorada, diz presidente do BC

13/12/2016 – Tribuna PR

O presidente do Banco Central (BC), Ilan Goldfajn, afirmou nesta segunda-feira, 12, na capital paulista, que a “evidência disponível sinaliza que a retomada da economia pode ser mais demorada e gradual do que a antecipada previamente”. Segundo ele, os exageros do passado estão levando mais tempo para se dissiparem. Ele afirmou que políticas do passado resultaram em distorções de preços e exauriram o espaço fiscal que o Brasil dispunha.

Apesar disso, Goldfajn mostrou-se confiante na aprovação de reformas fiscais enviadas pelo governo ao Congresso, como a PEC do teto dos gastos e a PEC da Previdência. “Amanhã a PEC do teto provavelmente será aprovada no segundo turno do Senado”, disse, acrescentando em seguida que a medida precisa ser complementada pela reforma da Previdência. “Com as regras atuais, despesas da Previdência continuarão a crescer acima da inflação”.

O presidente do BC ressaltou que dois fatores levaram à atual situação de recessão da economia: o fim do ciclo das commodities e a reação do governo brasileiro ao início e ao fim desse ciclo. “Políticas anticíclicas adotadas revelaram-se demasiadamente intervencionistas”, afirmou Goldfajn, ressaltando que o investimento recuou durante 10 trimestres seguidos e o consumo caiu durante seis trimestres seguidos.

Além de destacar a importância da política fiscal para a retomada da economia, Goldfajn disse que o governo precisa tomar medidas que elevem a produtividade e que aumentem o investimento em infraestrutura. “Governo tem atuado para gerar ambiente de negócios mais amigável, o que aumentará o potencial de crescimento no longo prazo”, comentou.

Segundo ele, a redução dos juros estruturais depende de diversas variáveis, como produtividade, grau de incerteza, garantias e respeito a contratos. “Dependem também de reformas fiscais que coloquem em ordem as contas públicas e de medidas microeconômicas que melhorem o ambiente de negócios. Por isso, temos insistido na necessidade das reformas. São elas que farão cair os juros estruturais”, disse.

O presidente do BC destacou que é preciso ter em mente também que a política monetária não substitui, mas complementa as outras políticas do governo. "O crescimento de um país depende de investimento e de aumento da produtividade, que são os elementos cruciais. A redução das incertezas de todas as naturezas, inclusive aquelas provenientes de eventos não econômicos, também é fundamental para a volta do crescimento. É preciso um esforço de várias áreas, como o que estamos empreendendo."

Influência

Goldfajn afirmou que a autoridade monetária é sensível à atividade econômica e que está claro que a atividade modifica as projeções de inflação. "Permanecemos atentos ao ritmo da atividade econômica e levamos em consideração essa informação em nosso processo decisório", disse.

Segundo Goldfajn, isto ocorre de duas formas. "Em primeiro lugar, a atividade econômica é uma das variáveis incluídas nos seus modelos proprietários, e, por isso, ela afeta suas projeções de inflação. Segundo, a queda na atividade econômica é vista como um custo da desinflação e é levada em consideração nas decisões de política econômica", afirmou.

Ele enfatizou que foi importante ancorar as expectativas de inflação nos últimos meses e que, com as expectativas ancoradas, os custos para desinflação são considerados. Disse também que o desejável é concentrar esforços em evitar efeitos secundários na inflação, não combater os efeitos primários do choque, por exemplo, choque externo e de preços administrados. "Mas o Banco Central só pode se permitir isso se as expectativas estiverem ancoradas", comentou.

Goldfajn declarou que o BC é parte da solução para o crescimento e que a redução das incertezas é importante para a retomada, mas que o alívio na economia apenas pela política monetária pode ser temporário. "Devemos ser perseverantes, inclusive com reformas estruturais, como a PEC do teto dos gastos", disse. "Devemos evitar velhas práticas de intervencionismo excessivo do Estado", afirmou.

Avanço 'veloz'

No mesmo evento em São Paulo, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, destacou que as mudanças relativas ao ajuste fiscal proposto pelo governo, como a PEC do teto de gastos, "estão avançando num nível muito veloz, consideradas as suas profundidades".

De acordo com o ministro, o Senado deverá aprovar nesta terça-feira, 13, em segundo turno a proposta de emenda à Constituição que prevê um limite de despesas públicas relativas à inflação, para o horizonte de 20 anos. "A agenda de reformas avança de forma firme e consistente."

Segundo o ministro, com as medidas de ajuste fiscal, que incluem a reforma da Previdência Social, em 10 anos as despesas públicas como proporção do PIB devem cair para níveis registrados há uma década. "O corte temporário de despesas e aumento permanente de impostos é dinâmica perversa", comentou Meirelles. O importante, segundo o ministro, é corte constante de despesas.

Sistema líquido

Goldfajn também disse que as instituições financeiras estão capitalizadas, provisionadas e líquidas. "Líquido como está, o sistema financeiro nacional estará pronto para financiar a recuperação econômica", comentou.

Ele afirmou que o Banco Central tem trabalhado em uma agenda, que se chamará "BC+", com quatro pilares com potencial para contribuir para a recuperação.

O primeiro pilar é o da redução sustentável e perene do custo do crédito no Brasil. "Nesse aspecto, as ações objetivam reduzir a inadimplência, diminuir o custo do crédito para o tomador final, promover a simplificação do compulsório, dentre outras", disse.

O segundo pilar é o do aumento da eficiência do sistema financeiro. "Embora o nosso sistema seja notabilizado pela sua dinâmica, há espaços para aperfeiçoamentos visando tornar ainda mais eficiente a oferta de produtos e serviços financeiros a preços competitivos, com externalidades positivas para a eficiência da economia como um todo", explicou.

O terceiro pilar é o da cidadania financeira, com medidas que fomentem a educação financeira e fortaleçam a proteção legal e regulatória da população recentemente incluída no sistema. O quarto e último pilar, segundo Goldfajn, é o do aprimoramento do arcabouço legal que rege as atividades e competências do BC.

Medidas anticrise não vão salvar Temer de suas fraquezas políticas

13/12/2016 – Gazeta do Povo

Por melhores que sejam as ideias da Fazenda para a recuperação da economia, elas só trarão efeitos no longo prazo



Enredado em uma crise política alimentada por seus próprios erros, o presidente Michel Temer decidiu lançar um pacote de medidas de estímulo para a economia. Ele procura no bolso do brasileiro uma tábua de salvação para um governo povoado por políticos acusados de corrupção e sem habilidade para reconquistar a confiança no país.

Lançar qualquer pacote anticrise é ir contra a história recente do país. Desde 2011, tudo que foi apresentado como medidas para estimular a atividade deu errado. A equipe do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, promete evitar os erros do governo Dilma. Mas isso não significa que a tábua de salvação será do tamanho que Temer precisa.

Na verdade, há muito pouco que possa ser feito com efeito imediato sobre o crescimento e o emprego. O que traria mais resultados é uma combinação de melhora de ambiente, queda de juros e alguma melhora regulatória – reformas nas relações trabalhistas e no sistema tributário, por exemplo.

Parte do trabalho começou a ser feita com a redução dos juros pelo Banco Central, que vai continuar no ano que vem. Mas isso tem efeito em prazos mais longos, de nove meses a um ano.

E o governo tem pressa justamente porque não está conseguindo reverter o clima de ceticismo provocado pela crise política, que engoliu as primeiras boas notícias na área econômica, como a aprovação da PEC do teto de gastos e a apresentação da proposta de reforma da Previdência.

O problema é que reformas microeconômicas dão trabalho e também demoram para trazer efeitos na atividade econômica. Um exemplo está na área trabalhista. O projeto que regulamenta a terceirização está pronto para ser votado no Senado há um ano.

Ele tem o potencial de, ao ser aprovado, reduzir a incerteza jurídica na contratação de empresas terceirizadas, o que no longo prazo elevará a produtividade da economia. Sua aprovação não teria efeito imediato, portanto.

Por isso o governo deve apresentar medidas que mexem com o crédito. Liberação de compulsórios e, quem sabe, do FGTS para a renegociação e quitação de dívidas dará alívio aos bancos, já pressionados pela inadimplência elevada.

Não é, também, algo com resultado imediato. Dificilmente uma pessoa que renegociou a dívida ou usou o FGTS para se livrar de um abacaxi vai voltar a tomar crédito no curto prazo.

Há uma tese incorreta em parte do governo de que a economia não cresce porque as empresas não conseguem tomar dinheiro para produzir, embora haja demanda. Não é o que se escuta de empresários – preocupados, sim, com as dificuldades de caixa, mas ainda sem enxergar um fortalecimento da demanda.

Ao tomar posse, Temer apostou em outra frente de retorno lento, a concessão de projetos de infraestrutura para a iniciativa privada. Os primeiros aeroportos estão prontos para ir a leilão e os investimentos vão ser feitos ao longo dos próximos anos.

É assim o tempo da economia, diferente do tempo da política. Por isso as limitações políticas de Temer não serão facilmente compensadas por uma reação da economia.

Meirelles: Fazenda está trabalhando intensamente na agenda microeconômica

13/12/2016 – Tribuna PR

Um dia após a notícia de que o governo pretende anunciar nos próximos dias um pacote com medidas de estímulo à economia, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou nesta segunda-feira, 12, que tem trabalhando com uma agenda microeconômica que envolve “diversas medidas que aumentem a produtividade da economia em diversos setores”.

A declaração foi dada em discurso feito durante almoço de fim de ano da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), evento que também conta com a presença do presidente do Banco Central (BC), Ilan Goldfajn.

Meirelles, no entanto, evitou dar detalhes sobre as medidas. “Medidas, quando se define quais são você divulga, não se faz divulgações seletivas. Vou pedir desculpa aos jornalistas, mas não vou divulgar. Quando tiver definido vamos anunciar”, disse.

“Não vai demandar muito tempo, porque estamos trabalhando intensamente.”

Segundo o ministro, as medidas vão resultar em impacto sobre o crescimento potencial da economia. “Em uma perspectiva futura, depois de todo o processo de ajuste fiscal, quem sabe voltamos a trabalhar com cenário com uma taxa de crescimento em torno de 4%”, disse.

Goldfajn

No mesmo evento, Ilan Goldfajn afirmou que a redução da taxa básica de juros tem de ser feita de forma responsável para ser sustentada no longo prazo. “E que assim não haja uma trajetória de reversão lá na frente”, disse Goldfajn. “Todos queremos juros mais baixos, a questão é como chegar lá”, afirmou.

O presidente do BC reforçou, no entanto, que a desaceleração é importante para a redução dos juros.

“Estamos buscando o centro da meta com muito afinco, achamos importante, após anos seguidos com inflação acima do centro e do teto, postergar o atingimento das metas tem custo para a sociedade”, disse, após afirmar que o BC tem sido conservador na flexibilização da política monetária.

Febraban prevê que crédito deve crescer cerca de 4% ano que vem

13/12/2016 – Tribuna PR

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) trabalha com um cenário de recuperação de crédito no próximo ano, com crescimento ao redor dos 4%, de acordo com o presidente da entidade, Murilo Portugal. Para 2016, segundo ele, a expectativa é de que os empréstimos totais tenham queda de 2% ou um pouco mais.

Em relação à inadimplência, Portugal disse que espera estabilidade do indicador no próximo ano. Voltou a falar que o custo do risco no Brasil, impactado pelos calotes e custos operacionais, pesa no spread – diferença de quanto o banco paga para captar e o quanto cobra para emprestar.

“A redução do spread é importante para o Brasil. É possível reduzir juro se tiver agenda organizada em conjunto com o governo, judiciário e medidas adequadas”, afirmou Portugal, em conversa com jornalistas, após encontro de fim de ano da Febraban, ressaltando que os bancos seguem em negociação permanente para a recuperação de créditos inadimplentes.

O presidente da entidade disse ainda que o setor bancário não fez proposta para reformas microeconômicas, em estudo pelo governo, mas que está disposto a trabalhar junto. Ele justificou que não poderia comentar as medidas uma vez que não tem conhecimento das mesmas e que a liberação de compulsório não parece algo eficaz uma vez que não falta liquidez.

“A questão é a oferta de crédito que depende da melhora da demanda”, destacou Portugal, acrescentando que o cenário para concessão de recursos já está mais positivo, sem comentar a possibilidade de uso do FGTS para o pagamento de dívidas.

Sob comando de Goldfajn, BC conseguirá reduzir os juros, diz Febraban

13/12/2016 – Tribuna PR

Sob o comando de Ilan Goldfajn, o Banco Central (BC) conseguiu em pouco tempo alinhar as expectativas de inflação e terá sucesso na tarefa de reduzir os juros, disse nesta segunda-feira, 12, o presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Murilo Portugal. Essa queda de juros, afirmou, será “na velocidade que as circunstâncias permitirem”.

“O conhecimento e a competência do presidente do Banco Central foram igualmente demonstrados na condução da política cambial, em um momento de forte incerteza, com a acertada orientação de reduzir a volatilidade de curto prazo, mas sem procurar afetar nem a tendência, nem o nível da taxa de câmbio”, disse em discurso no almoço de confraternização dos dirigentes de bancos.

Portugal disse que para o crescimento sustentável são necessários inflação baixa e pouco volátil, disciplina fiscal que permita dívida pública bruta sustentável com tributação de qualidade e tamanho compatíveis com os de nossos competidores, e regime cambial flexível que absorva choques externos por meio dos sistemas de preços e de renda.

“O aumento da produtividade é a base e o principal motor do crescimento sustentável. Aumentar a produtividade é fazer mais e fazer melhor com os mesmos ou menos recursos”, destacou.

Ano diferente

O presidente da Febraban afirmou que há uma situação diferente ao final de 2015 e que o País pode esperar volta do crescimento em 2017. “Estamos terminando o segundo ano consecutivo de recessão na economia brasileira. Mas temos, para o próximo ano, uma situação bem diferente da que enfrentávamos no ano passado, e, apesar das incertezas no cenário político doméstico e no cenário externo, podemos alimentar a convicção da volta do crescimento em 2017”, disse.

Portugal mencionou que as estimativas de crescimento para o ano que vem ainda apresentam grande dispersão, variando de 0,3% a 1,5%, a qual, segundo ele, é comum em momentos de inflexão do ciclo econômico.

Mas ressaltou que o importante é que as instituições financeiras convergem todas para a expectativa de que o Brasil crescerá no ano que vem e que, “embora o crescimento médio do ano fique aquém do que desejaríamos, a economia estará crescendo acima de 2% no último trimestre de 2017. E as projeções apontam para um crescimento ainda mais rápido em 2018”.

Portugal pontuou que o início do governo do Temer mostrou melhoria significativa de vários indicadores antecedentes que apontam para essa mudança no ciclo econômico.

Ele citou o que os juros de longo prazo caíram; os CDS, Credit Default Swaps, que refletem o risco do Brasil percebido pelos investidores externos, estão em níveis bem inferiores ao que estavam nessa mesma época de 2015; a Bolsa de Valores se recuperou, com o índice Bovespa refletindo um dos melhores momentos dos últimos anos; a taxa de câmbio, apesar da volatilidade recente ligada a fatores da situação internacional e da conjuntura política doméstica, apresentou valorização em relação ao nível do final do ano passado.

Meirelles merece total apoio do setor bancário e da sociedade, diz Febraban

13/12/2016 – Tribuna PR

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, merece gratidão do setor bancário e da sociedade brasileira diante de sua dedicação e convicção, disse nesta segunda-feira, 12, o presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Murilo Portugal. “A credibilidade do ministro Henrique Meirelles tem sido elemento essencial desse processo de enfrentamento dos problemas acumulados na gestão econômica”, disse, em discurso no almoço de confraternização dos dirigentes de bancos.

Segundo Portugal, já é notada a melhoria da confiança, que reflete a capacidade política do governo de galvanizar maiorias legislativas para aprovar as medidas de que o país necessita. “Reflete também a elevada credibilidade de que gozam o Ministro Meirelles, o Presidente Ilan, e as equipes que ambos chefiam”, destacou.

Portugal frisou que essa credibilidade é sustentada pelas ações já adotadas pelo governo e pelo Banco Central. “A irresponsabilidade fiscal e a leniência com a inflação estão na raiz da perda de confiança dos investidores e empresários.

O governo, em um curto espaço de tempo, tomou providências na direção correta e fez aprovar na Câmara a emenda constitucional que limita o crescimento dos gastos públicos, agora em tramitação no Senado, com perspectiva de aprovação amanhã, já em segunda e última votação”, disse em seu discurso.

A PEC, segundo o presidente da Febraban, ataca um problema estrutural das finanças públicas, que foi crescimento das despesas acima do crescimento do PIB. "É medida inteligente face à atual conjuntura recessiva. Não se aplicam a ela as críticas usualmente feitas à austeridade fiscal, pois a PEC não corta nenhum gasto, nem aumenta nenhum tributo, não afetando assim a demanda agregada", comentou.

Portugal, por outro lado, disse que o teto não é suficiente para o que chamou de "racionalidade da despesa pública" e, por isso, defendeu a reforma da previdência. "A reforma irá também eliminar pontos de irracionalidade no sistema atual e modificar obrigações insustentáveis que ameaçam inviabilizar o pagamento dos benefícios da Seguridade Social no futuro", disse.

Mitsubishi tem segundo dia de greve em Goiás

13/12/2016 – Tribuna PR

Operários da fábrica da Mitsubishi em Catalão, no sul de Goiás, entraram em greve na sexta-feira, 9, para pressionar a montadora a melhorar a proposta de acordo coletivo.

O principal nó das negociações está no pagamento do abono salarial: os trabalhadores reivindicam R\$ 3,5 mil, enquanto a oferta da empresa é de R\$ 1,7 mil. O reajuste nos salários proposto pela montadora, de 8% a partir de janeiro, está próximo dos 8,5% reivindicados pelo sindicato dos metalúrgicos da região.

A entidade que representa os trabalhadores informa, porém, que está preparada para estender a greve enquanto não forem atendidas as reivindicações da campanha, iniciada em 29 de setembro.

Nesta segunda-feira, 12, a fábrica, onde são produzidos o sedã Lancer, a picape L200 Triton e os utilitários esportivos ASX e Pajero, teve atividades suspensas pelo segundo dia. A empresa diz que não vai se pronunciar sobre o assunto.

Pacote econômico prevê prazo maior para pagamento de dívidas com BNDES

13/12/2016 – Tribuna PR

O BNDES deve dar mais prazo para o pagamento de dívidas de empresas com a instituição. A medida, em estudo pela equipe econômica, deve fazer parte do minipacote que o presidente Michel Temer vai lançar para reativar a economia.

Segundo fontes do Planalto, Temer agendou para quinta-feira, 15, uma reunião com os ministros da Fazenda, Henrique Meirelles, e do Planejamento, Dyogo Oliveira, para acertar os detalhes da "cesta de Natal" que será lançada. Também devem participar do encontro representantes da Receita, do Tesouro Nacional e da Casa Civil.

Apesar da resistência do Ministério da Fazenda, está em estudo também a liberação de até R\$ 30 bilhões do FGTS para o abatimento da dívida de pessoas físicas com bancos. Outra medida cotada para entrar na cesta é a criação de uma nova faixa para o programa Minha Casa Minha Vida.

A ideia é aumentar o teto – que hoje é limitado à renda familiar de R\$ 6,5 mil. Segundo um interlocutor do presidente, percebeu-se uma lacuna para essas famílias que ficam fora do programa, mas também não conseguem acessar financiamentos de mercado.

O pacote deverá prever também a renovação do Repetro, regime aduaneiro especial de exportação e importação de equipamentos que concede incentivos tributários para o setor de petróleo e gás natural.

A edição de um novo Refis (parcelamento de débitos tributários) ainda está em discussão pela equipe econômica e pelo Palácio do Planalto, que é sensível à medida. Essa proposta vem sendo defendida pela ala política do governo desde maio. Com a piora da crise econômica e das dificuldades das empresas, a pressão política aumentou.

Segundo um auxiliar de Temer, que rechaçou similaridades com medidas adotadas pela ex-presidente Dilma Rousseff, o governo já conseguiu criar uma agenda de médio e longo prazos com a PEC do Teto e a Reforma da Previdência, e as novas medidas são necessárias para criar a "travessia" da retomada do crescimento.

Não há, segundo as fontes, um número determinado de medidas, como afirmou o líder do PSD, Rogério Rosso, após encontro com Temer no domingo, dizendo que seriam oito propostas para a retomada da economia. Segundo um auxiliar, o pacote que está sendo fechado pode trazer "muito mais".

Fontes do Planalto reconhecem que os entraves para a finalização do pacote estão em alinhar as vontades políticas com as possibilidades da Fazenda. "É preciso fazer esse casamento dos sonhos da área política com o que a Fazenda consegue realizar", disse um interlocutor. O governo quer anunciar as medidas ainda nesta semana.

Receita

Uma agenda de simplificação e padronização de prestação de informações pelas empresas à Receita e aos fiscos estaduais e municipais deverá entrar no pacote. A Receita também trabalha na implementação da nota fiscal de serviços dos municípios.

Também está em estudos o encurtamento do prazo em que as administradoras de cartão de crédito repassam recursos aos lojistas. Outra sugestão levada ao Planalto foi patrocinar o projeto que regulamenta o trabalho intermitente, que pode ser votado em caráter terminativo na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado na próxima quarta-feira. O texto altera a CLT para permitir que um trabalhador possa ser contratado por um período inferior a 44 horas semanais.

É importante que se tenha uma dívida pública sob controle, diz Meirelles

13/12/2016 – Tribuna PR

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou na noite desta segunda-feira que a sociedade brasileira quer um país que cresça e gere emprego e que a população rejeita cada vez mais o fracasso e demanda dos governantes que criem condições para que o Estado preste bons serviços.

"A sociedade quer bons serviços em áreas como saúde, educação e segurança, mas também fundamentalmente um Estado que controle suas contas, que seja capaz de se organizar, de propiciar um ambiente econômico que possibilite a todos crescer e cooperar", afirmou Meirelles, durante discurso na cerimônia de entrega do prêmio Líderes do Brasil, do Grupo Lide.

Segundo ele, é muito importante que o Estado tenha uma dívida pública sob controle e um nível de despesa que não absorva recursos excessivos da sociedade. "Precisamos de um Estado que mantenha o poder de compra da moeda, o controle da inflação, que propicie aos empresários as condições de crescer e prosperar", afirmou.

Aneel recusa pleito de distribuidoras sobre migração e sobrecontratação

13/12/2016 – Tribuna PR

Duas medidas defendidas pelas distribuidoras de energia para reduzir sua sobrecontratação não devem ser atendidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica

(Aneel). Na sexta-feira, 9, a Superintendência de Regulação Econômica e de Estudos de Mercado da autarquia publicou nota técnica negando o pleito das empresas de considerar como involuntária a contratação de energia realizada pelas distribuidoras no leilão A-1 e a migração de consumidores especiais para o mercado livre. O assunto deve ser votado pela diretoria da autarquia nesta terça-feira, 13.

No primeiro caso, relacionado à contratação de energia no leilão A-1, os pleitos foram feitos pela AES Eletropaulo e pela Energisa. No caso da distribuidora paulista, a empresa alega que, em 2015, já sabia que poderia ficar sobrecontratada no ano de 2016 em 111,41%, ainda mais com a recontração da energia referente ao contrato bilateral encerrado em 2015 entre AES Tietê e AES Eletropaulo, que representava 20% do portfólio da distribuidora.

Ela considerava, no entanto, estar obrigada a apresentar declaração de necessidade de energia para o Leilão A-1 de 2015 maior que o necessário porque não haveriam mecanismos regulatórios que lhe permitissem evitar a situação.

Já a Energisa argumentou que a crise econômica e a elevação das tarifas acabaram por produzir, a partir de 2016, um excedente na energia contratada superior ao limite regulatório de 5% para o qual há cobertura tarifária, mas também disse que “por força do art. 40 do Decreto 5.163, de 2004, as distribuidoras foram compelidas a adquirir pelo menos 96% do montante de reposição para não ser penalizadas”, mesmo se não havia necessidade da contratação de energia no Leilão A-1 de 2015.

Para a Aneel, no entanto, o argumento de obrigação legal indicado pelas empresas não é válido. “A questão da contratação compulsória do montante de reposição é um entendimento que não compartilhamos”, diz a nota técnica. Segundo a superintendência da agência responsável pelo texto, pela regra em vigor, caso a distribuidora opte por declarar no Leilão A-1 um valor menor do que 96% do seu montante de reposição, pode sofrer a glosa na parcela não declarada, por um período de três anos, sobre os contratos de energia nova de maior preço.

“Dessa forma, não há contratação compulsória. O que há é a possível limitação no repasse ao consumidor da energia contratada nos leilões provenientes de novos empreendimentos. Concomitantemente, há penalidades associadas à exposição contratual e a sobrecontratação”, afirma a nota, sinalizando que se trataria de as distribuidoras traçarem sua melhor estratégia, que poderia evitar perdas financeiras ou até proporcionar ganhos, a depender do preço spot.

Segundo a nota, no Leilão A-1 de 2015, algumas distribuidoras optaram por não declarar o mínimo de 96% do montante de reposição, enquanto outras decidiram declarar, “mesmo sabendo que poderiam ficar sobrecontratadas em 2016”.

Migração

Em outra medida defendida por distribuidoras, empresa como CEEE Distribuição, CPFL, Copel Distribuição, Celesc Distribuição e EDP Bandeirante, além da Energisa, protocolaram pleitos similares para que seja considerada involuntária a sobrecontratação decorrente da migração de consumidores para o Ambiente de Contratação Livre (ACL) em 2016. A diretoria da Aneel já decidiu que era possível a redução dos contratos de fornecimento de energia pelas distribuidoras, mas somente para os próximos leilões de energia existentes.

“Entendemos que o risco da migração de consumidores para o ACL deve ficar com os agentes de distribuição e não ser repassado aos consumidores cativos”, diz a nota técnica, sugerindo que as distribuidoras devem usar todos os mecanismos legais e regulatórios vigentes para adequar o nível de contratação, como o Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD), energia nova e a realização de acordos bilaterais

Visão jurídica é de que sobrecontratação é involuntária, diz AES Brasil

13/12/2016 – Tribuna PR

O presidente da AES Brasil, Julian Nebreda, reiterou a visão da companhia de que a sobra de energia contratada registrada neste ano, em decorrência da contratação de energia no leilão A-1 de 2015, é involuntária. “Temos que avaliar, mas acho que nossa visão, fica igual, nossa visão jurídica”, disse o executivo, ao ser questionado sobre a nota técnica da Superintendência de Regulação Econômica e de Estudos de Mercado da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que recomendou que a diretoria da autarquia negue o pleito da distribuidora.

Ele evitou dizer se a empresa pode questionar a decisão na Justiça, caso a diretoria confirme o entendimento.

“Teria que ver, é prematuro dizer, tem que a diretoria aprovar e ver o que a diretoria da Aneel fala”. Na visão do executivo, os argumentos, para considerar involuntária a sobrecontratação por conta do A-1 e também por causa da migração de consumidores especiais “são muito sólidos”. “Não ficaria surpreso se a Aneel não apoiar a nota técnica”, comentou.

A AES Eletropaulo encaminhou, em abril, um pedido para que a Aneel considerasse sua sobrecontratação involuntária, alegando que no ano passado já sabia que poderia ficar registrar sobras de energia contratada no ano de 2016 até um patamar de 111,41%, ainda mais considerando a necessidade de recontração da energia referente ao contrato bilateral encerrado em 2015 entre a distribuidora e a AES Tietê, que representava 20% do portfólio da distribuidora.

No entendimento da companhia, a distribuidora estava obrigada a apresentar declaração de necessidade de energia para o Leilão A-1 de 2015 maior que o necessário porque não haveria mecanismos regulatórios que lhe permitissem evitar a situação.

A área técnica da Aneel entendeu, porém, que o argumento não é válido. “A questão da contratação compulsória do montante de reposição é um entendimento que não compartilhamos”, diz a nota técnica.

Segundo a superintendência da agência responsável pelo texto, pela regra em vigor, caso a distribuidora opte por declarar no Leilão A-1 um valor menor do que 96% do seu montante de reposição, pode sofrer a glosa na parcela não declarada, por um período de três anos, sobre os contratos de energia nova de maior preço.

“Dessa forma, não há contratação compulsória. O que há é a possível limitação no repasse ao consumidor da energia contratada nos leilões provenientes de novos empreendimentos. Concomitantemente, há penalidades associadas a exposição contratual e a sobrecontratação”, afirma a nota, sinalizando que se trataria de a distribuidoras traçarem suas melhor estratégia, que poderia evitar perdas financeiras ou até proporcionar ganhos, a depender do preço spot.

Segundo a nota, no Leilão A-1 de 2015, algumas distribuidoras optaram por não declarar o mínimo de 96% do montante de reposição, enquanto outras decidiram declarar, “mesmo sabendo que poderiam ficar sobrecontratadas em 2016”.

Impacto

Questionado sobre o impacto que a sobrecontratação pode gerar neste ano, Nebreda reiterou a projeção de potencial impacto financeiro entre R\$ 30 milhões e R\$ 110 milhões. “Seria perto da média”, afirmou, acrescentando que esse valor não foi provisionado.

Para 2017, a companhia estimou inicialmente que a sobrecontratação pode ficar em 113%, mas não deve gerar impacto financeiro, tendo em vista a perspectiva que a companhia tem para carga e preço spot de energia no ano que vem.

De qualquer forma, o número deve ser revisado, uma vez que a projeção foi feita em setembro e que desde então as expectativas de carga foram revistas.

É pouco provável que bandeira tarifária de energia mude durante o verão, diz ONS

13/12/2016 – Tribuna PR

A bandeira tarifária da energia elétrica deve continuar verde durante o verão, ainda que a expectativa seja, como acontece todo ano, de aumento do consumo, segundo o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). "Acho improbatilíssimo que a gente mude a bandeira durante o período úmido (de novembro a abril)", afirmou o diretor-geral do ONS, Luiz Eduardo Barata, que recebeu a imprensa para fazer um balanço da operação do sistema elétrico neste ano.

Com a economia fraca, o consumo está caindo e o sistema elétrico, em 2016, por outro lado, contou com o reforço de 9.130 megawatts (MW) de novas usinas, a maioria delas hidrelétricas. Como resultado, o consumo se manteve estável em relação a 2015, em 64,6 mil MW médios. No ano que vem, no entanto, o cenário muda, e a carga deve começar a crescer, acompanhando um avanço do Produto Interno Bruto (PIB) de 0,5%, estimado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

A previsão é de alta do consumo de 2,2% em 2017, o início de um processo de retomada. Em 2018, a carga deve crescer 3%; em 2019, 3,2%; em 2020, 3,6%; e em 2021, 4,4%. "Não vislumbro risco de déficit num universo de cinco anos. E, até mais para frente, não acredito que haja risco", afirmou Barata.

Enquanto a economia se mantém em marcha lenta, os reservatórios de hidrelétricas se recuperam e o governo aproveita para avançar nos estudos de retomada de projetos de construção de hidrelétricas, sobretudo, na região Norte do País, segundo o diretor-geral do ONS. Esses projetos, como o do complexo do Tapajós, estavam suspensos por conta das implicações socioambientais.

De acordo com o ONS, as térmicas, que produzem energia mais cara, só devem ser uma opção em situações pontuais, provavelmente, na região do Nordeste, onde o cenário é mais crítico do que no restante do País. Mas, mesmo para as usinas da Bacia do São Francisco, cujos reservatórios atingiram os mais baixos níveis já registrados, as perspectivas são de recuperação gradativa, diante de uma projeção de efeitos mais brandos do fenômeno climático La Niña.

O nível de ocupação dos reservatórios no Nordeste chegou a 5%, em 2015, mas subiu para 17% em 2016. No Sudeste/Centro-Oeste, está em 36%; no Sul, em 69%; e no Norte, em 13%.

Lula e centrais sindicais debatem oposição à reforma da Previdência

13/12/2016 – Bem Paraná

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) reuniu, nesta segunda-feira (12), representantes de centrais sindicais para traçar uma estratégia de oposição à proposta de reforma da Previdência encampada pelo governo Temer. Na reunião, que consumiu toda a tarde, Lula insistiu na unificação do discurso e numa campanha contra a reforma. Chamando a proposta do governo de retrocesso ao século 20, Lula disse que "o governo quer resolver problema fiscal nas costas dos trabalhadores".

Reunidos no instituto Lula, dirigentes sindicais relataram a situação em cada central. A Força Sindical e a Nova Central estão, por exemplo, divididas quanto à hipótese de negociação com o governo. O presidente da CUT, Vagner Freitas, reiterou que não há negociação.

Segundo ele, "a proposta é tão ruim que não cabem remendos". Secretário-geral da Intersindical, Edson Carneiro Índio disse que "a proposta decreta o fim da aposentadoria". Os dirigentes sindicais concordaram que a reforma unifica os trabalhadores contra o governo Temer. "O enfrentamento da reforma da Previdência, e a derrota que pode impor a Temer, pode ser o caminho de sua saída da presidência".

Presente à reunião, Gilmar Mauro, coordenador do MST, falou sobre o impacto da proposta sobre os trabalhadores do campo e para a economia das pequenas cidades. "A aposentadoria do trabalhador rural tem um efeito multiplicador nos pequenos municípios", disse ele quando saía da reunião.

Honda cria carro que expressa emoções

13/12/2016 – Gazeta do Povo



NeuV por enquanto é apenas um conceito. Montadora japonesa Honda dará mais detalhes sobre ele em janeiro Divulgação/Honda

Você pode amar ou odiar o seu carro -- e logo o sentimento poderá ser mútuo. A montadora japonesa Honda apresentará um carro-conceito no Consumer Electronics Show, no próximo mês, que é capaz de entender as emoções do motorista e desenvolver emoções próprias, anunciou a empresa nesta semana.

A montadora deu poucos detalhes sobre como a tecnologia vai funcionar ou alterar a experiência de condução. Mas sabemos que o carro conceito, chamado NeuV, está sendo apresentado como um veículo elétrico automatizado que inclui um "motor de emoção".

Esse é o nome da inteligência artificial que a Honda diz que "permitirá que as máquinas gerem artificialmente suas próprias emoções".

A tecnologia "motor de emoção" surge de uma parceria entre a Honda e a empresa de telecomunicações japonesa SoftBank anunciada neste ano. As duas se uniram para desenhar a tecnologia de IA que permite que o carro converse com seu motorista e avalie suas emoções, disse a Honda em um comunicado à imprensa.

A montadora espera que o carro "cresça" com seu motorista e compartilhe suas experiências, levando-o a sentir que o carro "se tornou um bom parceiro e, assim, crie um apego emocional forte com ele". (Isso pode complicar as coisas quando chegar a hora de revendê-lo, mas ninguém nunca disse que as separações são fáceis).

A Honda não divulgou o cronograma de quando, e se, o NeuV será vendido. A empresa ainda não respondeu aos pedidos de entrevista.

13/12/2016 – DCI

A atual líder do mercado nacional projeta o novo modelo para concorrer na disputada categoria de utilitários esportivos de entrada. A empresa também avalia onde produzirá mais um compacto

A General Motors (GM) deve começar a produzir um novo utilitário esportivo (SUV) na planta de São Caetano do Sul (SP) até 2019. A montadora também prepara a chegada de mais um compacto, que pode ser produzido no ABC Paulista ou em Gravataí (RS).

Conforme apurou o DCI, executivos da companhia se reuniram na semana passada para discutir os novos projetos que resultaram, em um primeiro momento, na escolha de São Caetano para produzir o SUV, que concorrerá na acirrada categoria que conta com campeões de vendas como o HR-V (Honda) e o Renegade (Jeep).

De acordo com o presidente do sindicato dos metalúrgicos de São Caetano, Aparecido Inácio da Silva, a entidade busca garantir novos investimentos para a planta após 2019. "Temos capacidade para absorver uma nova linha, mas a empresa não sinalizou nada para nós ainda", disse o dirigente.

Silva informou que, atualmente, cerca de 800 funcionários estão em regime de suspensão temporária do contrato de trabalho (lay-off), o que deve se encerrar em 8 de fevereiro de 2017.

"Se não houver reação da economia, não sabemos o que vai acontecer com estes funcionários", comenta ele.

Segundo uma fonte ligada à montadora, também faz parte do projeto um novo compacto de entrada, situado abaixo do Ônix, que poderá ser produzido na planta do ABC ou em Gravataí.

"A empresa está investindo muito no complexo gaúcho", afirma.

O projeto do novo compacto ainda é embrionário, mas a empresa espera que o modelo possa figurar como um "popular" que ganhe destaque no mercado de forma similar ao Ônix, que continua na liderança de emplacamentos no País.

O que está praticamente fora da mesa de negociações é a produção de um novo modelo no complexo industrial de São José dos Campos (SP).

A unidade do Vale do Paraíba produz, atualmente, apenas picape S10 e a Trailblazer, além de motores e transmissões.

Por anos, a companhia travou diversas batalhas com o sindicato dos metalúrgicos. Em algumas ocasiões, executivos se mostraram impacientes com a falta de flexibilidade da entidade para fechar acordos, tanto sobre salários quanto de investimentos, o que prejudicou novos aportes na planta.

Apesar disso, a GM acordou recentemente a instalação de duas novas linhas de usinagem de motores em São José, mas não há, por ora, expectativas de novos planos para a planta.

"A empresa até queria tirar a S10 de lá [São José], mas conseguiu fazer o acordo para as linhas de usinagem de motores a diesel para a picape. Só não se sabe até quando os dois modelos devem permanecer na planta", acrescenta a fonte.

Ampliação em Joinville

O DCI apurou também que a GM fechou, recentemente, um novo investimento para ampliar a fábrica de motores localizada em Joinville (SC).

A planta recebeu aporte de R\$ 350 milhões e foi inaugurada em 2013. Com capacidade instalada de 120 mil motores, o novo investimento deve ser aplicado na ampliação desse volume, conforme a fonte.

A GM deve encerrar esse difícil ano como líder em vendas de automóveis e comerciais leves graças ao compacto Ônix, com 134,9 mil emplacamentos até novembro. O segundo mais vendido é o Hyundai HB20, com 109 mil unidades.

No Salão do Automóvel de São Paulo, mês passado, o presidente da montadora, Carlos Zarlenga, disse que, hoje, "os investimentos da empresa são mais direcionados para produtos do que volumes." Procurada, a GM não respondeu à reportagem até o fechamento.

Indústria de caminhões deve manter alta ociosidade em 2017

13/12/2016 – DCI

VEÍCULOS PESADOS. O crescimento tímido esperado pelas montadoras para o ano que vem tende a apenas amenizar o drama vivido pelo setor, que hoje usa somente 25% da capacidade instalada



O alto nível de ociosidade da indústria de caminhões deve se manter em 2017, já que o mercado estima um ano de crescimento tímido. Para sobreviver, as montadoras esperam estabilidade da economia e melhores condições de financiamento do BNDES.

Em entrevista ao DCI, executivos de montadoras se disseram cautelosos em relação às previsões para 2017, já que o cenário político e econômico ainda inspira cuidados. "Uma recuperação deve começar a acontecer só no segundo semestre. O crescimento deve ser pequeno", afirma o diretor-geral da Scania do Brasil, Roberto Barral.

O vice-presidente de vendas e marketing da Mercedes-Benz no País, Roberto Leoncini, destaca que a frota atual de caminhões está muito ociosa. "Mesmo com a retomada da economia, o mercado ainda vai demorar um tempo para começar a se movimentar", pontua.

O diretor de marketing da Iveco para América Latina, Ricardo Barion, estima que as vendas podem crescer entre 10% e 20% em 2017. "Porém, esse volume está muito abaixo da capacidade instalada da indústria."

De acordo com estimativas de mercado, a capacidade instalada de veículos pesados, no País, gira em torno de 400 mil unidades. Em 2016, as vendas no Brasil não devem passar de 50 mil veículos, queda aproximada de 30% sobre 2015. "Estamos vivendo quase uma depressão", comenta Barral.

O diretor da Iveco atenta para o fato de que não só as montadoras estão passando por dificuldades. "No curto prazo, o cenário é muito preocupante. A rede de concessionárias precisa sobreviver a este período."

Finame

As montadoras acreditam que os juros subsidiados do financiamento do BNDES para bens de capital, o Finame, não devem mais voltar. Contudo, há a expectativa de melhora das condições, como por exemplo, financiar 100% do bem, o que hoje não acontece.

"Atualmente, o cliente não tem capital nem para a entrada do Finame", pondera Barral. No entanto, Barion avalia que, diante da crise, dificilmente o BNDES voltaria a financiar 100% do caminhão. "Esse tipo de operação é muito cara."

Executivos da MAN Latin America (fabricante dos veículos comerciais Volkswagen) defendem o retorno do financiamento total do bem como forma de estimular as vendas.

"Tradicionalmente, o BNDES financiou 100% do caminhão, exceto em períodos de crise", disse no início do mês o vice-presidente de vendas, marketing e pós-vendas da MAN, Ricardo Alouche, na ocasião do anúncio do novo ciclo de investimentos de R\$ 1,5 bilhão para os próximos cinco anos no País.

Leoncini, da Mercedes, salienta que, para este ano, o volume disponível do Finame para caminhões e ônibus deve sobrar. "O funding não deve ser usado em sua totalidade em virtude da recessão." Esta também é a opinião de Alouche. "O volume de emplacamentos está extremamente baixo."

Para atravessar o período difícil que ainda deve persistir, as montadoras estão apostando no pós-vendas. "Hoje, não dá para sobreviver só com a venda de veículos novos", diz Barion.

A Iveco aposta em pacotes de manutenção de preço fixo, entre outros serviços, para garantir alguma rentabilidade. "Precisamos atrair o cliente para a rede", analisa o executivo.

A estratégia também é compartilhada pela Scania. No entanto, a montadora tem a vantagem de um modelo de produção diferenciado. "Não trabalhamos com estoques", explica Barral. A matriz sueca administra os pedidos e redireciona os contratos de exportação de acordo com o uso de capacidade de suas subsidiárias.

"Atualmente, estamos operando com 30% da produção para o Brasil e 70% para exportações. Mas a nossa prioridade é sempre o mercado doméstico."

Com forte atuação nos segmentos pesado e semi-pesados (modelos mais vendidos do País), a Scania acredita que pode crescer de 10% a 15% no ano que vem, dependendo da evolução da economia. Além disso, a marca acaba de inaugurar uma concessionária no sul do País com um aporte estimado em R\$ 50 milhões.

"Como o mercado está deprimido, nosso crescimento deve tirar market share de outras montadoras", estima.

Mas a maior disputa deve ficar mesmo entre a Mercedes e a MAN. A fabricante Volkswagen liderou o mercado por 13 anos, mas para 2016 os números de vendas mostram uma boa vantagem da marca da estrela.

Executivos da MAN demonstram que este não deve ser mais um ano na liderança. Já a Mercedes prefere não comemorar. "Estamos conseguindo chegar mais próximos dos clientes. Cada detalhe faz a diferença neste cenário. Queremos estar em todos os negócios que pudermos", comenta Leoncini.

Aço retoma rali em Xangai para máxima de 32 meses; minério tem pico de 3 anos

13/12/2016 – DCI



Os contratos futuros do aço no mercado chinês subiram para uma máxima de 32 meses nesta segunda-feira, uma vez que Pequim toma medidas que ajudam a reduzir o excedente, o que levou o preço do minério de ferro para uma máxima de quase três anos.

As duas commodities retomaram seu rali após uma recaída na sexta-feira que se seguiu a um rali de seis dias, também reforçado por sinais de recuperação na segunda maior economia do mundo.

O contrato do vergalhão mais ativo da Bolsa de Futuros de Xangai subiu até 7 por cento, atingindo 3.557 iuanes (514 dólares) a tonelada no limite de alta, seu maior valor desde abril de 2014. O aço fechou com ganhos de 3,6 por cento, a 3.444 iuanes. O minério de ferro na bolsa de Dalian fechou em alta de 3,4 por cento, a 635,50 iuanes por tonelada, depois de atingir o pico de 657 iuanes, um nível visto pela última vez em janeiro de 2014.

A oferta de aço está se apertando à medida que o governo chinês continua restringindo a produção em alguns setores como o de aço, em sua luta contra a poluição, disseram operadores.

O minério para entrega no porto de Qingdao atingiu 81,66 dólares a tonelada na sexta-feira, de acordo com o Metal Boletim, após ter atingido 82,25 dólares na quarta-feira, o maior valor desde outubro de 2014.

Mineração Usiminas convoca assembleia para janeiro sobre redução de capital

13/12/2016 – Inda

A Mineração Usiminas (Musa) convocou nesta semana assembleia extraordinária de acionistas para decidir sobre uma proposta de redução de seu capital social em 1 bilhão de reais, em meio aos planos do grupo siderúrgico para usar recursos do caixa da mineradora para honrar acordo de refinanciamento com credores acertado neste ano.

Em aviso publicado no Diário Oficial de Minas Gerais na quinta-feira, a Mineração Usiminas convocou a assembleia para 10 de janeiro. O documento é assinado pelo presidente do conselho de administração da mineradora e presidente-executivo da Usiminas, Rômelo Erwin de Souza.

Representantes da Usiminas não puderam ser contatados de imediato para comentar o assunto. A Mineração Usiminas é uma joint-venture entre a Usiminas e a japonesa Sumitomo Corporation.

A mineradora tem recursos de cerca de 1,3 bilhão de reais em caixa e a intenção da Usiminas é usar cerca de 700 milhões de reais deste montante para honrar compromisso acertado com bancos credores neste ano. O acordo deu à empresa 7

anos de prazo e 3 de carência para pagamento de dívidas de cerca de 6 bilhões de reais.

O acordo prevê que a Usiminas tem até o final de junho do próximo ano para receber os recursos da Musa. Em reunião com analistas e investidores há cerca de duas semanas, o presidente da Usiminas afirmou que "com certeza" a companhia vai conseguir cumprir o prazo.

Fras-le celebra acordo com a Federal-Mogul

13/12/2016 – Jornal do Comércio

A Fras-le, controlada das Empresas Randon, de Caxias do Sul, celebrou acordo de associação na forma de joint-venture com a multinacional Federal-Mogul. Por meio de comunicado ao mercado, via bolsa de valores, a fabricante de materiais de fricção informa que irá adquirir 80,10% das quotas representativas do capital social da Federal-Mogul Friction Products Sorocaba Sistemas Automotivos.

Localizada em Sorocaba (SP), a Federal-Mogul fabrica pastilhas para veículos leves, com faturamento bruto de R\$ 44 milhões no ano passado. A transação não envolve desembolso financeiro pela Fras-le.

O objetivo da joint venture é combinar forças na formação de uma parceria estratégica para melhor servir os clientes de montadoras e de reposição no mercado de veículos leves no Brasil e América do Sul. A Fras-le assumirá o controle e a gestão da empresa após a aprovação nas jurisdições aplicáveis. A nova denominação será Jurid do Brasil Sistemas Automotivos Ltda.

O diretor-presidente da Fras-le, Daniel Randon, em manifestação na Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul, destacou que a Federal-Mogul é uma empresa global e uma das maiores no setor de materiais de fricção. Segundo ele, é oportunidade ímpar para organização caxiense também se consolidar no fornecimento de componentes para a indústria de veículos leves, pois o forte da empresa é o segmento de caminhões, ônibus e implementos.

Também vice-presidente administrativo e financeiro do grupo, Daniel Randon projeta que o próximo ano continuará sendo de dificuldades, pois a recuperação dependerá muito da reação do PIB.

O executivo citou que, atualmente, as fabricantes nacionais de caminhões operam com menos de 1/3 de sua capacidade instalada, situação que se estende aos segmentos de ônibus e implementos rodoviários. "Teremos de rever para baixo o patamar de produção e vendas destes setores. Em 2016 chegamos a produzir 210 mil caminhões; neste ano, chegaremos a pouco mais de 60 mil", exemplificou.

Randon afirmou que 2016 foi um ano de ajustes fortes, com cortes em investimentos, como a suspensão temporária da construção de unidade em Araraquara (SP); a desativação da operação em Guarulhos (SP); e a redução do quadro de pessoal em mais de 30%.

A situação não foi pior em função da adoção de flexibilização da jornada diária, com redução nas horas trabalhadas e nos salários pagos. "Estamos adequados a esta realidade de crise econômica. Vamos trabalhar 2017 com os pés no chão, para voltarmos melhores ainda em 2018. Este longo ciclo de baixa está pressionando os resultados. Estamos pagando o preço de decisões políticas do passado", assinalou.

Autopeças faturam 3,7% a menos em 2016

13/12/2016 – Automotive Business



O faturamento líquido nominal do setor de **autopeças** de janeiro a outubro foi 3,7% menor que o do período de 2015. Os negócios com montadoras recuaram 5,9%. As exportações diminuíram 6,6% em reais e 14,4% quando convertidas em dólares. As vendas para reposição e intrassetoriais cresceram 2,4% e 21,9%, respectivamente.

Embora o faturamento permaneça menor que o do acumulado de 2015, a diferença vem regredindo mês a mês na comparação anual. No acumulado do primeiro semestre, a queda era de 5%.

Os números foram divulgados pelo Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças) a partir de levantamento mensal com 64 empresas associadas, que representam 32,2% das vendas totais da indústria de autopeças no Brasil.

Já o emprego nacional no setor recuou 14,3% ante os mesmos dez meses de 2015. E a capacidade ociosa está 12,7 pontos percentuais mais alta no acumulado do ano. Desde agosto, porém, permanece abaixo de 50%.

Ex-funcionários da Busscar começam a receber parte dos pagamentos atrasados

13/12/2016 – Automotive Business

Os ex-funcionários da Busscar, encarregadora de Joinville (SC) cuja falência foi decretada em setembro de 2014, começaram a receber na segunda-feira, 12, os pagamentos referentes a 30% dos créditos destinados a trabalhadores que constam no processo de falência da empresa, conforme comunicado divulgado pelo Instituto Professor Rainoldo Uessler (Ipru), responsável pela administração da massa falida da empresa.

Serão repassados cerca R\$ 18 milhões por meio de cheques nominais para 2,4 mil pessoas, das quais 1,4 mil receberão entre os dias 12 e 17 e as outras 1 mil na próxima semana, de 19 a 23. O cronograma foi organizado pelo próprio Ipru.

Os recursos utilizados para os pagamentos são provenientes dos mais de 95% dos bens não operacionais da Busscar que foram leiloados para tentar quitar parte da dívida calculada em R\$ 1,6 bilhão. Também foram a leilão os bens da Tecnofibras e Climabuss, que faziam parte do grupo, além das ações da Busscar na Colômbia.

Os pagamentos aos ex-funcionários colocam fim à espera de pelo menos dois anos desde a decretação da falência, mas havia funcionários que não recebiam há pelo menos três anos.

A empresa já foi uma das principais encarregadoras do País e começou a ter dificuldades financeiras após a morte de seu fundador, Harold Nielson. Em 2004, a Busscar foi socorrida pelo BNDES e entrou em crise em 2008. Três anos depois entrou em recuperação judicial e teve a falência decretada em setembro de 2014.

Land Rover nacionais têm novo motor turbodiesel

13/12/2016 – Automotive Business



A Land Rover passa a montar em Itatiaia (RJ) o Discovery Sport e o Range Rover Evoque com a opção de motor Ingenium 2.0 turbodiesel, que tem quatro cilindros e 180 cavalos. Ele substitui o 2.2 SD4, de 190 cv, que equipava os modelos anteriormente. O preço inicial da opção é de R\$ 235.896 para o Discovery Sport e de R\$ 244.600 no caso do Evoque.

Desenvolvido pela Jaguar Land Rover, o Ingenium tem estrutura totalmente feita de alumínio e pesa 20 quilos a menos que o anterior. O menor consumo foi conseguido não só pela redução de cilindrada, mas também pela diminuição do atrito interno e pela utilização de bombas de óleo controladas por computador, que fornecem a quantidade ideal de lubrificante em qualquer velocidade, faixa de rotação e temperatura.

As bombas de água também são variáveis, computadorizadas e controlam o líquido de arrefecimento com base na temperatura, velocidade e características de condução. O Ingenium também utiliza injeção direta de combustível em alta pressão, tem comando de válvulas variável e sistema Stop-Start, que ajuda a economizar combustível em trânsito congestionado.

A transmissão utilizada nos dois carros é a ZF-9HP. As marchas mais baixas tiveram a relação encurtada para proporcionar mais agilidade nas retomadas e também no uso fora de estrada. As marchas mais altas tiveram a relação alongada para aumentar o conforto e a economia na estrada.

As versões a gasolina do Discovery Sport e do Evoque permanecem em produção, com preços iniciais de R\$ 217.696 e R\$ 224 mil, respectivamente.

O motor a diesel Ingenium também é utilizado na versão Prestige do Jaguar F-Pace, carro à venda no Brasil desde setembro, mas importado do Reino Unido

Perspectiva para empresas brasileiras em 2017 é negativa, diz Fitch

13/12/2016 – CIMM

A perspectiva para as empresas brasileiras em 2017 é negativa na avaliação da agência de classificação de riscos Fitch, que não espera recuperação do fluxo de caixa até 2018.

Os resultados das empresas do primeiro semestre do próximo ano devem ser relativamente fracos, uma vez que a demanda agregada permanece baixa em meio à fraca atividade, taxas de utilização da capacidade reduzidas, alto endividamento das famílias e crédito restrito, disse a diretora da Fitch Debora Jalles, em relatório.

Com o rating e a perspectiva para o setor negativos, a Fitch diz em seu relatório que os rebaixamentos devem superar as elevações das empresas no próximo ano e, segundo a diretora da agência de classificação de riscos, as condições do mercado de crédito precisam melhorar para evitar uma nova onda de rebaixamentos.

O documento cita ainda que o escândalo da Lava Jato e de outras investigações sobre corrupção permanecem sendo um risco para empresas brasileiras.

AEA: nova política industrial virá a conta-gotas

13/12/2016 – CIMM

Depois da experiência difícil do Inovar-Auto, que demorou meses para ser completamente regulamentado, a próxima política industrial automotiva deve vir a conta-gotas. Esta é a expectativa da AEA, Associação de Engenharia Automotiva. Segundo a organização, se a legislação for definida como um só pacote há risco de ser alvo de novo processo da OMC, a Organização Mundial do Comércio, que já condenou o atual regime automotivo por protecionismo.

“A ideia é definir alguns aspectos, como segurança e eficiência energética, e ir regulamentando aos poucos, como algo permanente”, aponta Edson Orikassa, presidente da AEA. Segundo ele, o Inovar-Auto deixa muitas brechas e dúvidas. Uma delas diz respeito à necessidade de manter os níveis de consumo de combustível e de emissões alcançados no programa depois que ele acabar. “No fim não sabemos se as empresas precisam conservar os patamares do Inovar-Auto a partir de 2018”, questiona.

A AEA trabalha com o governo na definição de uma série de normas para o setor automotivo. Além de atuar no desenvolvimento do programa, a entidade oferece consultoria técnica para assuntos como legislação de segurança e de emissões. “A decisão da OMC foi um balde de água fria”, conta o dirigente. Segundo ele, a condenação pode gerar multas bilionárias para o Brasil nos próximos anos.

A posição da entidade também pode atrapalhar o desenvolvimento da nova política automotiva. Segundo Orikassa, vai ser difícil definir novas bases enquanto o governo administra o processo com a OMC. Ele admite, no entanto, que a decisão da entidade era esperada. “Fica difícil justificar a exigência de que sejam feitos processos produtivos localmente, além do adicional no IPI.”

Drible no Inovar-Auto

Orikassa admite que algumas empresas terão dificuldade para cumprir as exigências do Inovar-Auto. Quando se trata das montadoras que se instalaram recentemente no Brasil, o desafio de atender a alguns processos produtivos no País é maior.

“A regulamentação demorou para sair e, quando enfim foi definida, algumas empresas viram que não estavam atendendo tudo que deveriam”, conta. Segundo ele, entre as maiores dificuldades estão a produção de motores e de transmissões localmente.

A questão da eficiência energética, aparentemente mais sensível, não deve ser problema tão grande para as montadoras cumprirem. O cálculo é feito com base no volume de vendas das empresas, o que abre janela de oportunidade para alguns acertos de última hora.

“As empresas que não investiram na tecnologia poderão manipular as vendas, restringindo a oferta dos carros mais poluentes para conseguir um resultado melhor”, diz, enfatizando que a solução não é nem de longe a mais rentável ou inteligente. “Claro que o ideal é oferecer tecnologia melhor.”